



SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE MINAS GERAIS  
PRAÇA COMENDADOR NEGRÃO DE LIMA, 182 - TELS.: 444-5551 - 444-5111 - 444-6333 - 30.000 - BELO HORIZONTE - MG

SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO NO ESTADO DE MINAS GERAIS

E

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 1 9 8 3

CAPÍTULO I - DA ABRANGÊNCIA

CLÁUSULA I - A presente Convenção Coletiva se aplica às relações de trabalho existentes ou que venham a existir, independentemente de sindicalização, entre o pessoal docente e todos os estabelecimentos de ensino: pré-escolar; de 1º, 2º e 3º graus e posteriores; de cursos livres; de cursos supletivos, preparatórios e pré-vestibulares.

§ 1º - A aplicação se dá em todo o Estado de Minas Gerais, com exceção do município de Juiz de Fora.

§ 2º - Aplica-se a Convenção Coletiva ao pessoal docente e estabelecimentos de fundações criadas ou mantidas pelo Poder Público, conforme o disposto no § 1º do art. 566 da C.L.T.

CLÁUSULA II - Para os efeitos desta Convenção, considera-

se:

- I - professor, aquele cuja função no estabelecimento é ministrar aulas;
- II - pré-escolar, a educação e ensino ministrados no maternal e no jardim de infância;
- III - curso livre, o que não depende de autorização dos órgãos públicos de ensino para funcionar;
- IV - como de efetivo exercício do professor, os períodos de licença remunerada ou de exercício de mandato sindical.

Parágrafo único - Considera-se ainda:



- I - como professor do próprio estabelecimento o empregado da mesma entidade mantenedora: para efeitos dos benefícios previstos na Cláusula XVIII;
- II - como estabelecimento de ensino cada unidade escolar: para cálculo e distribuição do número de bolsas previstas no Capítulo VIII;
- III - como único estabelecimento os situados num mesmo município, pertencentes a uma só entidade mantenedora, observados o disposto no art. 461 da C.L.T. e as peculiaridades de cada um: para os demais efeitos.

#### CAPÍTULO II - DO REGIME DE TRABALHO E DA CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA III - Considera-se como aula o trabalho letivo com duração máxima de 50 (cinquenta) minutos.

§ 1º - Nas quatro primeiras séries do 1º grau e no pré-escolar, a duração da aula, é no máximo, de 60 (sessenta) minutos.

§ 2º - Após três aulas consecutivas, é obrigatório um intervalo para descanso com a duração mínima de 15 (quinze) minutos, não cabendo qualquer remuneração pelo referido intervalo.

CLÁUSULA IV - É vedado exigir-se do professor a regência de aulas, trabalhos em exames ou qualquer outra atividade docente:

- a - aos domingos;
- b - nos feriados nacionais e feriados religiosos, nos termos da legislação própria;
- c - nos dias seguintes: segunda, terça e quarta-feiras da semana de carnaval; quarta, quinta e sexta-feiras, bem como o sábado da Semana Santa; Corpus Christi; 15 (quinze) de outubro (Dia do Professor); 1º (primeiro) e 2 (dois) de novembro; 8 (oito) de dezembro.

CLÁUSULA V - Não se pode exigir do docente, no período de exames, a prestação de trabalho que exceda o seu horário contratual semanal.





.3.

CLÁUSULA VI - Não pode o empregador transferir o docente de uma disciplina para outra sem o seu consentimento expresso.

Parágrafo único - Ocorrendo a supressão da disciplina no currículo escolar, o docente já contratado tem prioridade para reaproveitamento pelo estabelecimento em outra disciplina para a qual possua habilitação legal e em que haja vaga.

CLÁUSULA VII - Depois de cinco anos de efetivo e ininterrupto exercício do magistério no mesmo estabelecimento, ressalvadas as interrupções por motivos previstos em lei, o docente tem direito a uma licença não remunerada, para tratar de interesses particulares, com duração de até 2 (dois) anos, prorrogáveis por mútuo entendimento, não computado para contagem de tempo de serviço ou qualquer outro efeito o de duração da licença.

CLÁUSULA VIII - De comum acordo entre as partes, pode ser aumentada, no ano, por período não superior a 180 (cento e oitenta) dias, em caráter eventual e como aulas excedentes; em consonância com o disposto no art. 321 da C.L.T., a carga horária normal do professor.

### CAPÍTULO III - DAS FÉRIAS E RECESSOS

CLÁUSULA IX - As férias do pessoal docente, em cada estabelecimento de ensino, são coletivas, com duração legal, em dias ininterruptos, concedidas e gozadas obrigatoriamente nos seguintes períodos:

- a - Pré-Escolar, Supletivo, 1º, 2º e 3º Graus, bem como cursos posteriores — em todo o mês de janeiro;
- b - Cursos Preparatórios e Pré-Vestibulares — de 30 (trinta) de janeiro a 28 (vinte e oito) de fevereiro;
- c - Nos demais Cursos Livres — de 1º (primeiro) a 30 (trinta) de dezembro.

Parágrafo único - No caso de professores que ainda não tiverem completado o período aquisitivo, serão as férias concedidas e gozadas por antecipação.



CLÁUSULA X - São de recesso escolar, em que não se pode exigir do docente outro serviço senão o relacionado com exames, provas, avaliação ou aulas de recuperação, observado o disposto no Capítulo V, no mínimo, os seguintes períodos:

- I - Pré-Escolar, 1º, 2º e 3º Graus, bem como os cursos posteriores ao último — de 9 (nove) a 31 (trinta e um) de julho; de 23 (vinte e três) a 31 (trinta e um) de dezembro;
- II - Cursos Pré-Vestibulares e Preparatórios — de 16 (dezesseis) de julho a 5 (cinco) de agosto; de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) de janeiro;
- III - Cursos Supletivos - de 9 (nove) de julho a 5 (cinco) de agosto; de 21 (vinte e um) a 31 (trinta e um) de dezembro;
- IV - Nos demais Cursos Livres — de 1º (primeiro) de julho a 5 (cinco) de agosto; de 31 (trinta e um) de dezembro a 3 (três) de janeiro;
- V - Em todos os cursos e graus, um dia móvel durante o ano, a ser acertado pelos dois Sindicatos.

§ 1º - São ainda de recesso escolar, além dos previstos nesta Cláusula, os dias compreendidos entre o término de um e o início de outro período letivo, nos quais podem ser realizadas avaliações e atividades preparatórias de planejamento e programação.

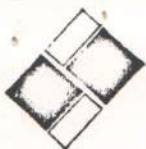
§ 2º - Nos dias letivos do mês de julho, não se pode exigir do professor outro serviço senão o relacionado com aulas, provas e avaliações.

CLÁUSULA XI - Quanto aos períodos de recesso e de férias previstos nas Cláusulas IX e X, aplica-se o disposto no item III do art. 133 da C.L.T.

CAPÍTULO IV - DAS OBRIGAÇÕES DO ESTABELECIMENTO

CLÁUSULA XII - Obriga-se o estabelecimento de ensino:





.5.

- I - a manter registro próprio exigido por lei e, afixado na Secretaria de cada unidade escolar, em lugar visível, 'quadro de seu corpo docente, dos quais constem: o nome de cada professor, o número de seu registro ou autorização para lecionar, o número de sua carteira profissional e a respectiva carga horária de trabalho semanal, data de admissão, condições de trabalho e data de demissão;
- II - a manter um exemplar do texto deste Instrumento na Secretaria de cada unidade escolar, à disposição dos professores, para consulta;
- III - a comunicar ao Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, até 30 (trinta) de abril, quanto a cada professor: nome completo, número de registro ou autorização para lecionar, número da carteira profissional, 'carga horária semanal contratada, salário-aula-base, data de admissão, matéria que leciona e endereço residencial;
- IV - a comunicar ao Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, até 15 (quinze) de setembro, o número de alunos matriculados em cada curso, em 1º (primeiro) de junho.

Parágrafo único - As comunicações mencionadas nos incisos 'III e IV devem ser feitas em formulários aprovados pelos sindicatos signatários e remetidos ao estabelecimento de ensino pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais até 30 (trinta) de março e 20 (vinte) de agosto, respectivamente.

#### CAPÍTULO V - DAS AULAS DE RECUPERAÇÃO E DE REFORÇO

CLÁUSULA XIII - Os docentes do estabelecimento de ensino não estão obrigados a ministrar aulas de recuperação ou de reforço fora do seu horário normal de aulas ou nos períodos de recesso definidos na Cláusula X.

Parágrafo único - Se os docentes do estabelecimento aceita-



rem ministrar essas aulas, perceberão sua remuneração normal mensal, e, por aula dada, ainda, o salário-aula-base, acrescido do mínimo de 40% (quarenta por cento) do seu valor, já incluídas neste percentual todas as parcelas cabíveis por força de lei ou desta Convenção.

#### CAPÍTULO VI - DA DESPEDIDA

CLÁUSULA XIV - A despedida sem justa causa no decorrer do semestre assegura ao professor o pagamento:

- I - no primeiro, de 1/5 (um quinto) do recesso ou das férias coletivas previstos nas Cláusulas IX e X por mês em que tiver ficado à disposição do estabelecimento, a partir de fevereiro;
- II - no segundo, de 1/5 (um quinto) do recesso ou das férias coletivas previstos nas Cláusulas IX e X por mês em que tiver ficado à disposição do estabelecimento, a partir de agosto.

Parágrafo único - O pagamento integral do recesso ou das férias coletivas elide a obrigação do respectivo pagamento proporcional previsto no inciso I ou no inciso II.

CLÁUSULA XV - É vedada a qualquer das partes a dação e contagem de prazo de aviso-prévio durante as férias do professor, definidas na Cláusula IX.

CLÁUSULA XVI - Nos casos em que, para rescisão do contrato de trabalho, for necessária sua homologação, deve ela ser providenciada pela parte que motivá-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término do vínculo laboral.

Parágrafo único - O descumprimento desta Cláusula é considerado como matéria de natureza financeira.

#### CAPÍTULO VII - DA PROTEÇÃO À MATERNIDADE

CLÁUSULA XVII - Após o término da licença previdenciária para parto, a professora gozará de estabilidade durante 60 (sessenta)





dias, salvo quando a rescisão do contrato de trabalho ocorrer por justa causa, por pedido de dispensa ou por concordância da docente, manifestada por escrito, ou quando for pago o correspondente ao período mencionado como de estabilidade.

Parágrafo único - A professora, durante a gestação ou logo após o término do afastamento previdenciário para parto, tem direito a uma licença não remunerada com duração de até 2 (dois) anos, não computado para contagem de tempo de serviço ou qualquer outro efeito o de sua duração.

#### CAPÍTULO VIII - DOS BENEFÍCIOS

CLÁUSULA XVIII - Aos professores do próprio estabelecimento, que comprovarem filiação e quitação com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, é garantida isenção total ou parcial do pagamento de anuidades escolares, no caso de matrícula própria, de seu cônjuge, de filhos, e de dependentes comprovadamente indicados ao INPS e por ele aceitos como tais, nas seguintes condições:

- I - no caso de ensino superior e posterior, isenção de 40% (quarenta por cento) do valor da anuidade ou crédito e o limite de 1% (um por cento) da matrícula, em cada curso, no dia 1º (primeiro) de junho de 1982, considerando-se como igual a 100 (cem) alunos a fração inferior;
- II - nos demais cursos, isenção total e limite de duas vagas por grupo de cem alunos matriculados no estabelecimento, em 1º (primeiro) de junho de 1982, considerando-se como igual a 100 (cem) a fração inferior.

Parágrafo único - Sendo insuficiente o número de vagas, cabe ao Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais definir os critérios de distribuição das bolsas.

CLÁUSULA XIX - Aos professores não pertencentes ao estabelecimento de ensino, se comprovarem filiação e quitação com o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, fica concedido o benefício de gratuidade ou abatimento de anuidades escolares, no caso



.8.

de matrícula própria, de seu cônjuge, de filhos e de dependentes indicados ao INPS e por ele aceitos como tais, com observância do seguinte:

- I - no ensino superior e posterior, abatimento máximo de 40% (quarenta por cento) da anuidade ou crédito, e de 90% (noventa por cento) nos demais cursos ou graus;
- II - os beneficiários de bolsas integrais concedidas em conformidade com o disposto no inciso I, da Cláusula XIV, da Convenção Coletiva de 1981, matriculados no estabelecimento em 1982, manterão os benefícios enquanto, sem interrupção, renovarem suas matrículas, ressalvado o ingresso no curso superior;
- III - observado o disposto nos incisos seguintes, não exceder o total de benefícios a importância resultante da multiplicação:
  - a - do valor correspondente a 40% (quarenta por cento) da anuidade pelo número de alunos que representa 1,0% (um por cento) da matrícula em cada curso, no dia 1º (primeiro) de junho de 1982 — no ensino superior e posterior;
  - b - do valor correspondente a uma anuidade pelo número de alunos que representa 1,5% (um e meio por cento) da matrícula de cada unidade escolar — nos demais cursos e graus de ensino;
- IV - no ensino superior e posterior, garantia do mínimo de dez vagas em cada estabelecimento e de uma em cada curso;
- V - contagem da fração inferior como igual a cem alunos, para cálculo do limite de benefícios;
- VI - no ensino superior e posterior, possibilidade de remanejamento de vagas não utilizadas em um curso para outro, respeitado o valor da anuidade do curso gerador da vaga;





VII - distribuição dos benefícios pelo Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais até 30 (trinta) dias após o início do período letivo.

Parágrafo único - No primeiro semestre, tendo em vista o atraso, em relação à data-base, para concretização da presente Convenção Coletiva, fica prorrogado até 10 (dez) de maio o prazo mencionado no inciso VII.

CLÁUSULA XX - Quando o estabelecimento de ensino receber do beneficiário de isenção, de que trata este Capítulo, importância que supere o valor devido por ele, compensará o recebido a maior nas prestações vincendas ou, se impossível, restituirá o excedente.

#### CAPÍTULO IX - DA REMUNERAÇÃO

CLÁUSULA XXI - Aplica-se aos ganhos dos docentes o princípio de irredutibilidade da remuneração, ressalvados os casos de aulas de substituição e eventuais como excedentes, observado o disposto na Cláusula VIII.

CLÁUSULA XXII - A remuneração dos docentes é fixada pelo número de aulas semanais, na conformidade dos horários e da carga horária contratual anotada na carteira profissional.

§ 1º - O pagamento deve ser feito mensalmente, considerando-se, para esse efeito, cada semana acrescida de 1/6 (um sexto) de seu valor, como repouso semanal remunerado, e cada mês constituído de quatro semanas e meia, de acordo com o disposto na Lei nº 605, de 05 de janeiro de 1949.

§ 2º - Não se descontam, no decurso de nove dias, as faltas verificadas por motivo de gala, ou de luto em consequência do falecimento do cônjuge, de pai ou mãe, ou de filho.

CLÁUSULA XXIII - O docente que, além das aulas que ministrar, prestar outros serviços, deve ser remunerado pelas horas de trabalho em que permanecer a serviço do estabelecimento, nessas atividades, de acordo com o que for previamente ajustado pelas partes.



CLÁUSULA XXIV - No período de exames, no de recesso escolar ou de férias, deve ser paga mensalmente ao docente remuneração correspondente à quantia a ele assegurada normal e ordinariamente, na conformidade do horário contratual, desde que tenha concluído o respectivo semestre letivo.

CLÁUSULA XXV - Faz jus o docente substituto a salário igual ao que seria pago ao substituído, ressalvadas as vantagens de caráter pessoal e de classificação do substituído no quadro hierárquico docente da escola, aprovado pelo órgão próprio do sistema de ensino ou do Ministério do Trabalho.

CLÁUSULA XXVI - Deve o estabelecimento de ensino fornecer ao docente comprovante dos elementos que informam o pagamento da remuneração mensal, com a especificação dos valores que compõem esta, da carga horária e dos descontos legais ou autorizados, bem como anotar na Carteira de Trabalho e Previdência Social a carga horária contratual normal.

#### CAPÍTULO X - DO SALÁRIO-AULA-BASE DE INGRESSO E MÍNIMO

CLÁUSULA XXVII - Nenhum docente, sob qualquer pretexto, pode ser contratado, no decorrer da vigência do presente Instrumento Normativo, com salário-aula-base inferior ao do professor com menor tempo de serviço no estabelecimento, considerado o grau e ramo de ensino, bem como sua classificação no quadro hierárquico de carreira aprovado por órgão próprio do sistema de ensino ou do Ministério do Trabalho.

Parágrafo único - Se o estabelecimento de ensino renovar totalmente seu quadro de professores, na vigência do presente Instrumento Normativo, não pode pagar aos novos professores contratados ' salário-aula-base inferior ao que seria devido se não houvesse a renovação.

CLÁUSULA XXVIII - Nenhum estabelecimento de ensino pode pagar, durante a vigência do presente Instrumento Normativo, salário-





aula-base em valor inferior ao que resultar da correção salarial do salário-aula-base mínimo devido em 31 (trinta e um) de janeiro de 1983, consoante o previsto na legislação salarial vigente, ressalva da a existência de acordo especial previsto na Cláusula XXXV.

§ 1º - Quanto aos professores já contratados em 1982, deverá ser observado o disposto na Cláusula XXXIII relativamente à correção e reajustamento e, quanto aos professores que forem contratados em 1983, o estabelecido na Cláusula XXVII e seu parágrafo único.

§ 2º - No estabelecimento com início de suas atividades em 1983, o salário-aula-base mínimo devido é o previsto no caput desta Cláusula, multiplicado por 1,04 (um inteiro e quatro centésimos).

§ 3º - Os valores previstos nesta Cláusula devem sofrer a segunda correção salarial anual em conformidade com o disposto na legislação vigente.

#### CAPÍTULO XI - DOS ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA XXIX - Faz jus aos seguintes adicionais o professor que, até 5 (cinco) de março de 1983, completar de efetivo exercício no estabelecimento:

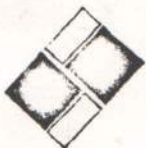
I - 5 (cinco) anos — um adicional de 5% (cinco por cento) de seu salário mensal;

II - 20 (vinte) anos — mais 10% (dez por cento) do total de seu salário mensal anterior.

Parágrafo único - Os acréscimos previstos nesta Cláusula não são devidos aos professores que já percebem igual ou maior adicional por tempo de serviço.

#### CAPÍTULO XII - DOS ADICIONAIS POR ALUNO

CLÁUSULA XXX - No 2º e no 1º graus, bem como no pré-escolar, a partir de 1º de fevereiro, o professor faz jus ao adicional, a título de produtividade, de 1% (um por cento) do salário-aula-base por aluno em classe que ultrapassar o efetivo de 28 (vinte e oito), na



Capital, e de 30 (trinta), no Interior, até o limite máximo de 20% (vinte por cento).

§ 1º - A partir de 1º de março, ainda a título de produtividade, faz jus também aos seguintes adicionais:

- I - de 2% (dois por cento) do salário-aula-base por aluno em classe que ultrapassar o efetivo de 50 (cinquenta) e não exceder 55 (cinquenta e cinco) discentes;
- II - de 5% (cinco por cento) do salário-aula-base por aluno em classe, que, acaso, existir acima do efetivo de 55 (cinquenta e cinco) e não exceder 60 (sessenta) discentes;
- III - de 20% (vinte por cento) do salário-aula-base por aluno que, eventualmente, exceder 60 (sessenta) discentes em classe.

§ 2º - Não são computados, para os efeitos previstos nesta Cláusula, os alunos beneficiários de isenção total ou parcial de pagamento decorrente da presente Convenção e, em igual número a esses, outros alunos que usufruírem de isenção total ou parcial, observadas quanto à última as mesmas condições de concessão a professores.

CLÁUSULA XXXI - O professor faz jus, ainda a título de produtividade, a um acréscimo de 5% (cinco por cento) do salário-aula-base pago se este for inferior a 1,1 (um inteiro e um décimo) do respectivo salário-aula-base mínimo estabelecido nesta Convenção, nos seguintes casos:

- I - nos cursos livres, supletivos, preparatórios e pré-vestibulares, nas turmas com efetivo acima de 120 (cento e vinte) alunos;
- II - no curso superior e posterior, nas turmas com efetivo a cima de 65 (sessenta e cinco) alunos.

Parágrafo único - Quando o salário-aula-base pago for superior a 1,1 (um inteiro e um décimo) do salário-aula-base mínimo es-





.13.

tabelecido nesta Convenção, os adicionais referidos nos incisos I e II são, respectivamente, de Cr\$ 45,00 (quarenta e cinco cruzeiros) e Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros).

CLÁUSULA XXXII - O salário-aula, entendido este como resultante da soma do salário-aula-base com os adicionais previstos neste Capítulo, obedece ao seguinte:

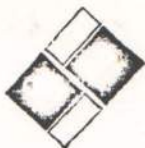
- a - é irredutível, no período de 1º (primeiro) de abril a 31 (trinta e um) de julho, mesmo que diminua o efetivo de alunos em classe;
- b - pode ser reduzido, a partir de 1º (primeiro) de agosto, no máximo até o correspondente a 7 (sete) alunos na turma, caso haja diminuição do efetivo em classe no período compreendido entre 1º (primeiro) de abril a 31 (trinta e um) de agosto;
- c - é irredutível, novamente, a partir de 31 (trinta e um) de agosto, mesmo que daí por diante a turma sofra diminuição do número de alunos.

#### CAPÍTULO XIII - DA CORREÇÃO SALARIAL E DA PRODUTIVIDADE

CLÁUSULA XXXIII - O salário-aula-base do professor contratado, devido no último dia de vigência da Convenção Coletiva de 1982, será corrigido de acordo com o previsto na legislação salarial vigente, a partir de 1º (primeiro) de fevereiro de 1983 no pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus, bem como nos cursos posteriores, e a partir de 1º (primeiro) de março, nos demais cursos.

§ 1º - A correção deve dar-se de acordo com a legislação vigente, comparando-se a faixa de valor em que se situar o salário-aula-base com o do salário-hora-mínimo.

§ 2º - O salário-aula-base, corrigido em consonância com o previsto nesta Cláusula, no dia 1º (primeiro) de fevereiro para o pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus, bem como nos cursos posteriores a este, e, em 1º (primeiro) de março, nos demais cursos, deve ser



acrescido de 4% (quatro por cento) de seu valor, a título de produtividade.

§ 3º - Quando o salário-aula-base devido no último dia de vigência da Convenção Coletiva de 1982 se situar na faixa correspondente a até 20 (vinte) vezes o valor do salário-hora-mínimo, fica assegurado ao professor um reajustamento mínimo — decorrente de correção e produtividade, a incidirem nas datas-base de 1º (primeiro) de fevereiro e 1º (primeiro) de março, conforme previsto nesta Convenção — correspondente ao percentual de 36,3% (trinta e seis inteiros e três décimos por cento).

§ 4º - Devem ser arredondados os centavos no valor do salário-aula-base e do conseqüente salário-mensal, elevando-se para o cruzeiro seguinte a fração igual ou superior a Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos) e desprezando-se a menor.

§ 5º - Para efeito prático de cálculo da correção e reajustamento salariais previstos nesta Cláusula, devem ser adotadas as tabelas 1 (um) e 2 (dois) anexas a este Instrumento.

CLÁUSULA XXXIV - Na correção salarial, no segundo semestre, conforme a faixa de valor em que se situar o salário-aula-base em comparação com o do salário-hora-mínimo, aplica-se o previsto na legislação salarial vigente, para todos os professores do estabelecimento.

#### CAPÍTULO XIV - DO ACORDO ESPECIAL

CLÁUSULA XXXIV - Para o estabelecimento de ensino que ficar impossibilitado de cumprir esta Convenção, pode-se estabelecer acordo especial com seus professores.

§ 1º - No prazo de 30 (trinta) dias, os dois sindicatos regulamentarão os procedimentos para aplicação do disposto nesta Cláusula.

§ 2º - O acordo especial só gerará efeitos após sua homologação pelos sindicatos signatários deste Instrumento.





CAPÍTULO XV. - DAS TAXAS ASSISTENCIAIS

CLÁUSULA XXXVI - Além da contribuição sindical prevista em lei, recolhida em guia própria, o estabelecimento de ensino deve descontar 6% (seis por cento) do salário mensal de cada docente, sindicalizado ou não, na folha de pagamento do mês de março.

§ 1º - A importância correspondente ao desconto, ainda que não tenha sido feito, deve ser remetida ao Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais, acompanhada da relação dos professores, com respectivo salário e valor do desconto, até o dia 15 (quinze) de abril.

§ 2º - O Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais dará recibo da importância recolhida pelo estabelecimento de ensino, que se obriga a distribuir aos professores o comprovante individual do recolhimento, a ser remetido pelo sindicato da categoria profissional.

CLÁUSULA XXXVII - Além da contribuição sindical prevista em lei e recolhida em guia própria no mês de janeiro, deve o estabelecimento de ensino recolher, por sua conta e ônus:

- a - ao Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Minas Gerais, na conta nº 7754-2, do Banco do Brasil, Agência Central, em Belo Horizonte, 0,5% (meio por cento) do total de sua folha de pagamento de professores no mês de março;
- b - à Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, na conta nº 400.291-1, do Banco do Brasil, Agência Central de Brasília, ou através do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais, 0,5% (meio por cento) do total da folha de pagamento de professores do mês de março.

CAPÍTULO XVI - DO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

CLÁUSULA XXXVIII - Em caso de descumprimento da presente



Convenção, o infrator deve pagar, em favor da parte prejudicada, a multa:

- a - de valor correspondente a 10% (dez por cento) do débito apurado, no caso de matéria de natureza financeira;
- b - do correspondente a um valor de referência, quando se tratar de matéria de natureza não financeira.

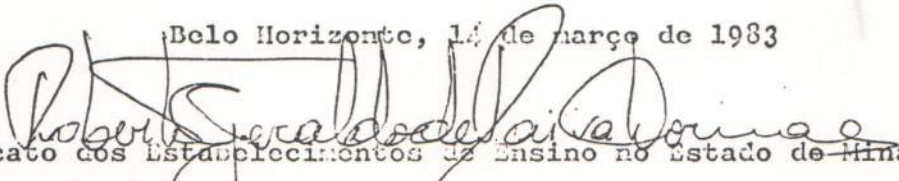
CLÁUSULA XXXIX - Os sindicatos signatários se comprometem a desenvolver todos os esforços e providências para solução amigável de qualquer dúvida ou dificuldade que surgir para cumprimento da presente Convenção, bem como nos casos de seu descumprimento, antes de recorrerem aos órgãos administrativos próprios ou ao Poder Judiciário.

CAPÍTULO XVIII - DA VIGÊNCIA

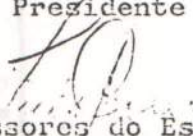
CLÁUSULA XL - A presente Convenção Coletiva vigora:

- a - de 1º (primeiro) de fevereiro de 1983 a 31 (trinta e um) de janeiro de 1984, para o ensino de 3º, 2º e 1º graus e para os cursos anteriores a este último;
- b - de 1º (primeiro) de março de 1983 a 29 (vinte e nove) de fevereiro de 1984, para supletivos, pré-vestibulares, preparatórios e demais cursos livres.

Belo Horizonte, 14 de março de 1983

  
Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Minas Gerais

- Prof. Roberto Geraldo de Paiva Dornas -  
- Presidente -

  
Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais

- Profa. Inês Assunção Teixeira Gomes -  
- Presidente -